

# Indefinição sobre sistema de governo

15 JAN 1988

GAZETA MERCANTIL

por Andrew Greenlee  
de Brasília

A polêmica sobre o melhor sistema de governo para o Brasil está resumida agora a duas emendas ao projeto de Constituição: de um lado, a presidencialista, apresentada pelos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA) e pelos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Teodoro Mendes (PMDB-SP); do outro, a proposta parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que altera alguns dispositivos do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. A decisão caberá ao plenário da Constituinte. Para que seja aprovada, uma emenda precisa receber os votos de pelo menos 300 parlamentares.

O número de assinaturas de apoio a cada uma das propostas indica o grau de indefinição no Congresso quanto ao tema. O presidencialismo teve 349 subscritores, enquanto o parlamentarismo chegou a 345. Até ontem, funcionários ainda conferiam as assinaturas em busca de nomes repetidos. Caso se mantivessem esses números, a emenda de Humberto Lucena será votada com prioridade, por ter recebido apoio maior. As assinaturas, no entanto, não significam necessariamente um compromisso de voto. Isso explica o fato de que a soma de apoios ao parlamentarismo e ao presidencialismo passe dos 559 constituintes.

Segundo uma terceira linha — a do presidencialismo parlamentarizado —, diversos deputados, como Manoel Moreira (PMDB-SP) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), apresentam um conjunto de emendas que somente irão a voto depois das duas primeiras.

O texto presidencialista traz uma novidade: a possibilidade de um terço dos membros da Câmara dos Deputados apresentar moção de censura a um ministro de Estado. Aprovada por dois terços, implica a exoneração do ministro.

O presidente da República é chefe de Estado e de governo, responsável "pela direção superior da administração federal". Deve enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual de investimentos, o projeto de

(Continua na página 6)

O presidente José Sarney decidiu ontem não viajar ao Rio para assistir ao casamento da filha do seu amigo, senador Álvaro Pacheco (PFL-PI), como previsto. A decisão foi tomada para evitar tumulto no centro do Rio, por causa do seu aparato de segurança. Em Brasília, ontem, informou-se que na próxima semana o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, deverá deixar o cargo.

(Ver página 6)